



**USINA CAETÉ S.A.**  
CNPJ 12.282.034/0001-03



## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para serem apreciadas pelos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes às atividades desenvolvidas pela Usina Caeté S/A no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, do Parecer dos Auditores Independentes e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as alterações introduzidas pelas Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09, as quais alteram, revogam e introduzem novos dispositivos na Lei nº. 6.404/76.

No campo operacional as Vendas de R\$ 1,3 bilhões e o EBITDA de R\$ 505 milhões foram, respectivamente, 19% e 66% superiores aqueles registrados no ano anterior. O Lucro líquido do exercício de R\$ 158,6 milhões foi bastante favorecido pelo impacto dos preços e da variação cambial.

Por mais um exercício, acreditamos em nossa convicção estratégica de crescimento, apoiada no aperfeiçoamento e desenvolvimento de nossas diversas linhas de negócios.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e demais parceiros pelo apoio e confiança nos planos empreendidos pela Companhia. Aos nossos colaboradores rurais e urbanos expressamos nosso reconhecimento pelo empenho, dedicação e comprometimento na execução dos objetivos da empresa.

### VISÃO GERAL DA COMPANHIA

A Usina Caeté é uma das mais importantes empresas do setor sucroenergético brasileiro, tendo como base do negócio a produção e a transformação da cana de açúcar para industrialização de açúcar, etanol e energia.

Com uma moagem estimada em 14,0 milhões de toneladas de cana de açúcar para safra 2010/2011, a Companhia se apresenta entre as maiores processadoras de açúcar, etanol e energia do País.

A Usina Caeté possui cinco unidades industriais em operação, sendo, três localizadas no Estado de Alagoas (Caeté, Cachoeira e Marituba) e duas estão localizadas no Triângulo Mineiro no Estado de Minas Gerais (Delta e Volta Grande).

Em fase final de implantação a sexta unidade industrial está localizada no município de Paulínea no Estado de São Paulo. Com capacidade inicial instalada de 2,0 milhões de toneladas de cana de açúcar, sua primeira moagem está previsto para julho de 2010.

A Companhia tem em seu perfil de negócio a localização privilegiada de suas unidades industriais aliada ao suprimento de matérias primas representado por 58% de produção própria e 42% de fornecimento por terceiros.

### ASPECTOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Apesar de um cenário desafiador, em 2009 a Usina Caeté conseguiu maximizar as oportunidades surgidas com o aquecimento da demanda e melhorias dos preços do açúcar e do etanol devido à menor oferta e a forte demanda no Brasil e no mundo contribuindo para que a Companhia alcançasse um faturamento líquido recorde em 2009 atingindo R\$ 1,2 bilhões, resultado 18% superior ao mesmo período do ano anterior.

Destques Econômicos e Financeiros conforme quadro:

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS				
Mil Reais				
Destaque	2006	2007	2008	2009
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>				
Receita Operacional Líquida	1.013.577	889.483	1.003.935	1.179.936
EBITDA	475.549	262.322	303.741	505.049
Margem EBITDA	46,9%	29,5%	30,3%	42,8%
Lucro Líquido	152.570	27.471	459.273	158.633
Margem Líquida	15,1%	3,1%	-45,7%	13,4%
Dívidas Financeiras Líquidas	367.171	603.170	1.227.662	1.073.892
Relação Dívidas/EBITDA	0,8	2,3	4,0	2,1
Investimentos Realizados	274.955	241.467	265.805	90.630
<b>PRODUÇÃO REALIZADA</b>				
Cana de açúcar moída - ton	9.914.096	11.498.704	12.780.104	12.890.283
Cana Produção Própria	6.919.516	6.557.431	7.297.164	7.519.612
Cana de Fornecedores	2.994.580	4.941.273	5.482.940	5.370.671

### Faturamento

O cenário positivo dos preços do açúcar e do etanol devido à menor oferta e a forte demanda no Brasil e no mundo contribuindo para que a Companhia alcançasse um faturamento líquido recorde em 2009 atingindo R\$ 1,2 bilhões, resultado 18% superior ao mesmo período do ano anterior.

Os preços do açúcar praticados especialmente no mercado interno foram superiores em média 40%, enquanto os preços do etanol cresceram em média o percentual de 3%.

O açúcar representou 61% do faturamento e o etanol contribuiu com 33%. As outras vendas de energia e produtos agrícolas contribuíram respectivamente com 4% e 2%.

### Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

O custo dos produtos vendidos no conceito caixa registrou aumento de 5,1% em relação ao CPV do ano anterior. As razões deste aumento foram, basicamente, preços elevados do açúcar e etanol resultam em custo mais alto na aquisição de cana de fornecedores e também maiores custos relacionados a arrendamento de terras para produção de cana de açúcar.

### Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais representadas pelas despesas comerciais, gerais e administrativas totalizaram no exercício R\$ 153,7 milhões com redução aproximada de 1% em relação ao ano anterior. As margens também caíram de 15,5% em 2008 para 13,00% em 2009.

### Resultado Financeiro

No exercício os resultados financeiros líquidos apresentaram resultados positivo em R\$ 196 mil. O principal fator que contribuiu na obtenção de tais resultados teve como destaque as variações cambiais decorrentes da desvalorização do real frente a moeda americana e calculadas sobre as dívidas denominadas em dólar.

### Forte crescimento do EBITDA

A geração de caixa medida pelo conceito EBITDA registrada no exercício alcançou a expressiva cifra de R\$ 505 milhões com margem de 42,8% e crescimento de 66% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi influenciado pela melhoria dos preços do açúcar e do etanol, aliado a importante redução das margens dos custos fixos em relação ao faturamento.

É importante observar a sua evolução na linha do tempo:



### Lucro Líquido

A Usina Caeté finalizou 2009 com resultados expressivos alcançando um lucro líquido de R\$ 158,6 milhões e margem de 13,4%, comparado com o resultado negativo obtido no mesmo período de 2008, um ano marcado por contrastes, impactado pela desvalorização cambial e perdas no conceito derivativos.

### Dívida líquida

A dívida líquida financeira da Companhia no final de dezembro de 2009 alcançou a cifra de R\$ 1.074 bilhões, inferior 12,5% da dívida líquida registrada no final do ano anterior.

A evolução Dívida Líquida/EBITDA registrou significativa evolução, atingindo no final do exercício o índice de 2,1 vezes, contra a relação de 4,0 vezes alcançado no mesmo período de 2008.

Outro dado importante, no final de 2009 as dívidas de curto prazo junto às instituições financeiras representaram 43% da dívida total.

DIVIDAS LIQUIDAS	2009		2008	
	VALOR	%	VALOR	%
<b>DIVIDAS BANCÁRIAS</b>				
Circulante	495.527	43%	344.525	36%
Não Circulante	647.030	57%	936.112	64%
Total da Dívida	1.142.557	100%	1.280.637	100%
<b>DISPONIBILIDADES</b>				
Caixa e Bancos	62.616	-	29.001	-
Aplicações Financeiras	6.050	-	23.975	-
Total do Disponível	68.665	-	52.975	-
<b>DIVIDAS LÍQUIDAS</b>	<b>1.073.892</b>	<b>-</b>	<b>1.227.662</b>	<b>-</b>
EBITDA	505.049	-	303.741	-
<b>RELAÇÃO DÍVIDA/EBITDA</b>	<b>2,1</b>	<b>-</b>	<b>4,0</b>	<b>-</b>

### Investimentos

A Companhia tem como prioridade a seletividade dos seus investimentos sempre priorizando a sua estrutura financeira, manutenção de canais, parques industriais e projetos de melhorias de ativos existentes.

O Capex Operacional do exercício encerrado em 2009 totalizou R\$ 90,6 milhões foi reduzido em 66% quando comparados com o montante contabilizado no mesmo período de 2008.

Os investimentos foram prioritariamente destinados na aquisição de máquinas e equipamentos visando ampliação, modernização e melhorias nos níveis de eficiências operacionais tanto nas áreas industrial como na agrícola.

Foi acelerado o projeto de implantação da nova unidade de Paulínea que deverá ser finalizado até julho de 2010, aumentando a nossa capacidade de moagem em 2,0 milhões de ton de cana de açúcar.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2009	2008
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.665	52.976
Contas a receber de clientes	5	62.579	109.030
Estoque	6	501.691	443.818
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	7	38.161	73.816
Outros créditos	8	30.317	16.065 (*)
Impostos a recuperar	10	24.566	45.070
Instrumentos financeiros derivativos	23	809	4.382
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	59.486
		726.788	804.643
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	9	12.931	13.452
Depósitos judiciais e outros		9.523	8.812
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	7	3.953	8.916
Impostos a recuperar	8	17.109	21.680
Outros créditos	10	19.281	20.231 (*)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	41.198	77.938
		103.995	151.029
<b>Investimentos</b>	11	9.385	16.713
<b>Imobilizado</b>	12	1.306.212	1.426.855
<b>Intangível</b>		1.762	2.188
<b>Diferido</b>	13	9.625	10.166
		1.326.984	1.455.922
		2.157.767	2.411.594

(\*) Saldos reclassificados para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	(prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2008</b>	<b>538.062</b>	<b>12.484</b>	<b>307.931</b>	<b>14.445</b>	<b>34.195</b>	<b>907.117</b>
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08					4.963	4.963
Aumento de capital	21.938	(12.484)		(5.458)	(3.996)	-
Ajuste de exercícios anteriores					(2.785)	(2.785)
Realização da reserva de reavaliação			(1.422)		1.422	-
Prejuízo do exercício					(459.272)	(459.272)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>560.000</b>	<b>-</b>	<b>306.509</b>	<b>8.987</b>	<b>(425.473)</b>	<b>450.023</b>
Realização da reserva de reavaliação			(1.424)		1.424	-
Lucro líquido do exercício					158.633	158.633
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>560.000</b>	<b>-</b>	<b>305.085</b>	<b>8.987</b>	<b>(265.416)</b>	<b>608.656</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

### 1 - Contexto operacional

O objetivo social da Empresa é a industrialização da cana-de-açúcar e seus derivados industriais, a produção e comercialização de energia elétrica, a comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo e participação em outras empresas. A principal atividade de industrialização é a produção de açúcar demerado, açúcar cristal, álcool anidro e álcool hidratado. A maioria da matéria-prima consumida (cana-de-açúcar) é de produção própria.

Atualmente o processo produtivo da Empresa concentra-se em 5 usinas, sendo três localizadas no Estado de Alagoas e duas no Estado de Minas Gerais.

De acordo com o planejamento estratégico a Empresa iniciou em 2007 um projeto de construção de uma nova unidade industrial localizada no município de Paulínea, Estado de São Paulo, denominada Usina Caeté S/A Filial Paulínea, sendo que já foram realizados até 31 de dezembro de 2009 investimentos no valor de R\$ 282.000 (R\$ 273.000 em 2008) em aquisição de máquinas industriais, implementos agrícolas, geração de energia e ampliação de canais e demais investimentos pré-operacionais. O Projeto está previsto para entrar em operação na safra 2010/2011 (agosto de 2010), com uma moagem inicial de 700 mil (não auditado) de toneladas de cana-de-açúcar. Enquanto a unidade industrial não entra em operação a produção de cana vem sendo comercializada com terceiros. Na safra 2009/2010 a Unidade comercializou 1.102 mil (1.200 mil em 2008) toneladas de cana-de-açúcar junto a outras empresas da região. A previsão para próxima safra, 2010/2011, é comercializar aproximadamente 1.100 mil (não auditado) toneladas de cana-de-açúcar com terceiros.

### 2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (Lei das S.A.s), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### 3 - Resumo das principais práticas contábeis

#### Aprovação do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques, provisões para contingências, imposto de renda e contribuição social diferidos, mensuração de instrumentos financeiros ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a impressões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

#### Instrumentos mantidos até o vencimento

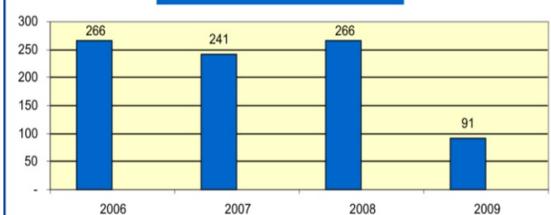
São ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

#### Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

## EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Em milhões de Reais



### INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Usina Caeté utiliza instrumentos financeiros com o único objetivo de se proteger contra os riscos da variação dos preços relacionados à venda de açúcar e dos riscos em função da flutuação da taxa cambial nas exportações.

Não possui operações sofisticadas ou qualquer outra operação que não esteja diretamente relacionada aos negócios da Companhia.

O resultado líquido dos ganhos e perdas auferidos em contratos futuros relacionados a preço é reconhecido contabilmente no resultado do exercício como receita ou perda pela regra de marcação à Mercado.

Possui uma criteriosa política de concessão de créditos junto aos clientes

### PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DEBITOS FISCAIS

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários instituído de acordo com a Lei 11.941/09 e MP 470/09. No âmbito desse programa, houve importante redução no passivo tributário contingente, principalmente relacionado à IPI crédito prêmio exportação e insumos isentos e não tributados, gerando, portanto, um benefício reconhecido nas rubricas de outras receitas operacionais e patrimônio líquido, no valor de R\$ 129 milhões.

Adicionalmente, o programa de parcelamento permitiu que a empresa utilizasse créditos decorrentes de prejuízos fiscais para reduzir ou liquidar obrigações fiscais que estavam sendo objeto de disputa judicial.

### SUSTENTABILIDADE

A Usina Caeté por meio de suas unidades industriais atua ativamente em ações sócio ambientais nas localidades onde estão estabelecidas, mantendo seu compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade por meio de convênios, ações filantrópicas, doações, programas de proteção ao meio ambiente e realizações de diversos patrocínios culturais.

### Treino e Desenvolvimento

A empresa vem, ao longo dos anos, desenvolvendo e ampliando mecanismo que visam garantir a melhoria contínua da qualificação profissional de seus colaboradores e mobilizando esforços no crescimento individual e coletivo da sua força de trabalho.

### Quadro de desempenho

DISCRIMINAÇÃO	CAETE	MARITUBA	CACHEIRA
<b>Nº de Funcionário - Dez/09</b>	<b>3.391</b>	<b>2.740</b>	<b>4.631</b>
<b>Participantes Treinamentos</b>	<b>6.167</b>	<b>1.674</b>	<b>5.539</b>
<b>Carga Horária</b>	<b>25.713</b>	<b>9.164</b>	<b>20.421</b>
<b>Horas Treinamento p/colaborador</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

### Quadro de desempenho

DISCRIMINAÇÃO	PAULICEIA	V.GRANDE	DELTA	TOTAL
<b>Nº de Funcionário - Dez/09</b>	<b>456</b>	<b>1.998</b>	<b>2.702</b>	<b>15.918</b>
<b>Participantes Treinamentos</b>	<b>360</b>	<b>2.672</b>	<b>3.820</b>	<b>20.232</b>
<b>Carga Horária</b>	<b>183</b>	<b>60.907</b>	<b>92.490</b>	<b>208.878</b>
<b>Horas Treinamento p/colaborador</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>10</b>

### Meio Ambiente

A dimensão ambiental está inserida nas atividades exercidas pela Companhia através de suas unidades industriais em suas respectivas localidades. Várias ações são desenvolvidas como plantio de mudas de espécies nativas, reflorestamentos de matas ciliares e apoio a projetos de pesquisas. Foram criadas duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) que estão devidamente protocoladas no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

### AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme o disposto do Art. 2º da Instrução CVM 381/03, a Usina Caeté informa que a KPMG Auditores Independentes revisa as Demonstrações Financeiras e presta apenas serviços de auditoria externa. A política na contratação de serviços relacionados à auditoria externa se fundamenta nos critérios que preservam a independência do auditor.

Maceió-AL, 31 de dezembro de 2009

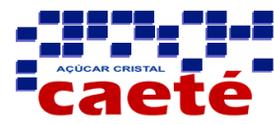
**Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto**  
Presidente

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em



# USINA CAETÉ S.A.

## CNPJ 12.282.034/0001-03



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

#### Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moeda estrangeira e de taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo: custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

#### Moeda estrangeira

A Administração da Empresa definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Resolução CFC nº 1.120.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

#### Contas circulantes e não circulantes

##### Ativos circulantes a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos, são classificadas como mantidos até o vencimento, e registrados pelos seus valores originais e ajustado à variação cambial, quando aplicado, incluindo os respectivos impostos.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do ajuste a valor presente não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

##### Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de estoques de produtos acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A safra fundada corresponde as despesas incorridas com tratos culturais nas lavouras de cana de açúcar a serem apropriados ao custo da próxima safra.

##### Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável.

##### Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados e acrescidos de reavaliação. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

A Empresa realiza as principais atividades de manutenção programadas em bens do ativo imobilizado em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Os principais custos de manutenção anual incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra.

A Empresa contabiliza os custos de manutenção anual de acordo com a "Instrução Técnica 01/2006" emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. Tais custos são contabilizados como componentes do ativo imobilizado e depreciados em função da expectativa de geração de benefício, geralmente na safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesa quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram ou mantêm a capacidade de produção do bem ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos. A perda de substância econômica dos ativos de longo prazo é reconhecida quando de eventos ou mudanças nas circunstâncias.

##### Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Empresa os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

##### Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear no prazo médio de 5 anos.

##### Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais e aos gastos de reestruturação da Empresa.

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil dos ativos.

A Empresa optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado.

##### Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado e intangível, têm seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

##### Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O cálculo do ajuste a valor presente não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

##### Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou não formalizada e constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

##### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro anual tributável.

A Empresa goza do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração em suas três unidades localizadas no Estado de Alagoas, nos exercícios de 2009 e 2008 não apurou lucro da exploração nessas unidades.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal do imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Resolução CFC nº 1.189/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Conforme dispõe o artigo 15 da Medida Provisória nº 449/08 convertido em lei de nº 11.941/09, a Empresa optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo ao exercício findo em dezembro de 2009, de forma a garantir, na determinação dos valores efetivamente devidos desses tributos, a neutralidade quanto a eventuais efeitos tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

##### Aspectos ambientais

As instalações de produção industrial e agrícola da Empresa estão sujeitas à regulamentações ambientais. A Empresa diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

#### 4 - Caixas e equivalentes de caixa

	2009	2008
Caixa e bancos	63.751	29.001
Aplicações financeiras	4.914	23.975
	<u>68.665</u>	<u>52.976</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxas que variam entre 100 a 105% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são realizadas com instituições de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política esta adotada pela Empresa no gerenciamento desses ativos financeiros.

#### 5 - Contas a receber de clientes

	2009	2008
Clientes no País	50.924	46.694
Clientes no Exterior	18.939	62.864
	69.863	109.558
Provisão para devedores duvidosos	( 7.284)	( 528)
	<u>62.579</u>	<u>109.030</u>

A exposição máxima ao risco de crédito da Empresa é o valor justo das contas a receber mencionadas acima.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor.

A Empresa adota o critério de provisionar seus recebíveis vencidos há mais de 180 dias, como também aqueles onde a Empresa tem expectativa de uma provável perda.

#### 6 - Estoques

	2009	2008
Produtos acabados	233.076	203.512
Safra fundada - Cana-de-açúcar	231.152	208.655
Lavoura de soja	5.704	6.764
Almoxarifado e outros	31.759	24.887
	<u>501.691</u>	<u>443.818</u>

A Safra fundada - cana-de-açúcar está acrescida de produção excedente de 1.527,1 ton de cana não moída na safra 2009/2010 (denominada cana bisada) a qual, deverá ser processada na safra subsequente, sendo, respectivamente: Unidade Paulista 950,4 ton, Unidade Volta Grande 452,8 e Unidade Delta 123,9 ton.

#### 7 - Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima

	2009	2008
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	42.114	82.732
Valores classificados no ativo circulante	(38.161)	(73.816)
Valores classificados no ativo não circulante	3.953	8.916

Referem-se a adiantamentos para fornecimento de cana-de-açúcar que serão compensados por ocasião do encerramento da safra com os saldos de fornecimento de cana-de-açúcar.

As estimativas de realização do ativo não circulante estão previstas para as seguintes safras:

Safras	2009	2008
2011/2012	242	
2012/2013	639	
2013/2014	900	
2014/2015	1.013	
Demais safras	<u>1.159</u>	<u>3.953</u>

#### 8 - Impostos a Recuperar

	2009	2008
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.011	-
ICMS a recuperar	10.936	6.196
IPI	2.385	2.099
PIS	1.279	-
COFINS	2.339	-
INSS a recuperar	-	8.814
Outros	616	-
	<u>24.566</u>	<u>17.109</u>
	<u>45.070</u>	<u>21.680</u>

#### 9 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Usina Caeté S/A e coligadas e controladas as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações:

• A empresa SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda., presta serviços de transporte aéreo para a Empresa. O total gasto com esses serviços, no exercício de 2009, foi de R\$ 3.924 (R\$ 6.122 em 2008).

• O saldo com a Varrela Pecuaría Ltda. refere-se a mútuo sem incidência de encargos financeiros, não possuindo data prevista para sua liquidação.

• Os saldos com a Empresa Futura Agropecuária Ltda. refere-se ao valor dos custos iniciais relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção de nova unidade de produção, que com a efetiva formalização dos atos societários determinando a transferência do controle acionário da Futura Agropecuária Indústria e Comércio Ltda. para a Usina Caeté S/A e para a Lagense S/A Administração e Participação, foi reclassificado para este grupo.

• Fábrica da Pedra S.A. - refere-se a mútuo sem incidência de encargos financeiros, não possuindo data prevista para sua liquidação.

• Carlos B. P. Lyra Neto - refere-se a empréstimo captado em dezembro de 2009, sem incidência de encargos financeiros, liquidado em janeiro de 2010.

Os saldos das transações com as empresas do grupo são mantidos a valores históricos e demonstrados como segue:

	2009		2008	
	Ativo Não circulante	Passivo Não circulante	Ativo Não circulante	Passivo Não circulante
Lagense S.A.	1.390	1.105	-	4.202
Sotan Ltda.	595	-	-	318
Varrela Pecuaría Ltda.	6.913	-	6.613	-
Radio Planeteira	-	16	-	-
Futura Agropecuária Ltda.	4.033	-	4.033	-
Fábrica da Pedra S.A.	-	1.989	2.806	-
Carlos B. P. Lyra Neto	-	1.325	-	-
	<u>12.931</u>	<u>4.435</u>	<u>13.452</u>	<u>4.520</u>

#### 10 - Outros créditos

	2009	2008
Obras de pavimentação e melhorias do asfalto a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (I)	18.360	19.263
Adiantamento a fornecedores diversos (II)	16.310	13.635
Mansa S/A	5.031	1.553
Cia. Energética de Açúcar e Alcool Vale do Tijoco	5.090	-
Outros	4.807	1.845
	49.598	36.296
Parcelas classificadas no ativo circulante	<u>(30.317)</u>	<u>(16.065)</u>
Ativo não circulante	<u>19.281</u>	<u>20.231</u>

(I) Saldo refere-se à construção de estradas, que com o projeto lançado pelo governo chamado PPP (Parceria Pública Privada) a Empresa é ressarcida dos valores gastos com as obras conforme receita gerada para o governo através de ICMS a receber.

(II) Trata-se de adiantamento efetuado aos fornecedores de serviços, materiais para manutenção no parque industrial, agrícola e comercial, dada as peculiaridades de tais atividades.

#### 11 - Investimentos

	2009			
	SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda. (*)	Varrela Pecuaría Ltda. (*)	Futura Agropecuária a Ltda. (*)	Total
Capital social	24.350	12.400	10	
Quantidade de ações	2.428.611	20.000	10	
Percentual de participação	90,94%	16,13%	99%	
Patrimônio líquido	5.976	4.383	(112)	
Valor contábil do investimento	12.783	999	-	13.782
Resultado da equivalência patrimonial	( 7.336)	(292)	-	( 7.628)
Valor contábil do investimento ajustado	<u>5.447</u>	<u>707</u>	<u>-</u>	<u>6.154</u>
Bens Imóveis	-	-	-	2.342
Outros investimentos	-	-	-	889
	-	-	-	<u>9.385</u>

(\*) Empresas revisadas pela KPMG

	2008			
	SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda. (*)	Varrela Pecuaría Ltda. (*)	Futura Agropecuária a Ltda. (*)	Total
Capital social	24.500	12.400	10	
Quantidade de ações	1.852.809	20.000	10	
Percentual de participação	90,38%	16,13%	99%	
Patrimônio líquido	14.144	6.196	(15)	
Valor contábil do investimento	13.060	1.283	-	14.343
Resultado da equivalência patrimonial	( 277)	(284)	-	( 561)
Valor contábil do investimento ajustado	<u>12.783</u>	<u>999</u>	<u>-</u>	<u>13.782</u>
Bens Imóveis	-	-	-	2.342
Outros investimentos	-	-	-	580
	-	-	-	<u>16.713</u>

(\*) Empresas revisadas pela KPMG

#### 12 - Imobilizado

##### a. Composição do saldo

	Taxa de depreciação % a.a.	2009		2008	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	4	181.644	(42.364)	139.280	144.181
Instalações diversas	10	31.064	(17.070)	13.994	16.028
Máquinas e equipamentos	10	467.115	(283.762)	183.353	219.405
Máquinas e implementos agrícolas	25	61.554	(48.807)	12.747	16.385
Móveis e utensílios	10	7.680	(3.800)	3.880	4.125
Veículos	20	84.397	(61.675)	22.722	29.956
Computadores e periféricos	20	13.130	(8.846)	4.284	5.641
Aparelhos e ferramentas	10	8.358	(5.245)	3.113	2.769
Equipamentos e aparelhos de telefonia	20	2.778	(2.214)	564	654
Lavoura de cana-de-açúcar	20	532.345	(208.160)	324.185	382.723
Terrenos	419.134	-	419.134	418.694	
Imobilização em andamento	134.243	-	134.243	122.638	
Custo de manutenção de entressafra industrial	81.302	(70.117)	11.185	21.413	
Adiantamentos a fornecedores	33.528	-	33.528	42.243	
		<u>2.058.272</u>	<u>(752.060)</u>	<u>1.306.212</u>	<u>1.426.855</u>

##### b. Movimentação do custo

	2008				2009			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Edificações e benfeitorias	179.491	81	(141)	2.213	181.644			
Instalações diversas	30.210	99	(2)	757	31.064			
Máquinas e equipamentos	459.437	1.230	-	6.448	467.115			
Máquinas e implementos agrícolas	59.971	3.518	(1.935)	-	61.554			
Móveis e utensílios	7.296	394	(15)	5	7.680			
Veículos	83.030	2.912	(1.467)	(78)	84.397			
Computadores e periféricos	12.890	234	(96)	12	13.130			
Aparelhos e ferramentas	7.543	659	(2)	158	8.358			
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.636	189	(46)	(1)	2.778			
Lavoura de cana-de-açúcar	513.113	50.935	-	(31.703)	532.345			
Terrenos	418.694							



**USINA CAETÉ S.A.**  
CNPJ 12.282.034/0001-03



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

**a) Natureza dos tributos diferidos**

	2009	2008
<b>Ativo circulante:</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	-	58.310
Provisão para devedores duvidosos	-	1.176
	<u>59.486</u>	
<b>Ativo não circulante:</b>		
Provisão para contingências	1.647	488
Provisão para devedores duvidosos	3.474	-
Instrumentos financeiros derivativos	86	-
Prejuízos fiscais de imposto de renda	9.282	56.948
Base negativa de contribuição social	26.709	20.502
	<u>41.198</u>	<u>77.938</u>
<b>Passivo circulante:</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.490
<b>Passivo não circulante:</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	275	-
Reserva de reavaliação	15.364	16.097
	<u>15.639</u>	<u>16.097</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados, a Empresa estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2011	1.177
2012	2.005
2013	8.367
2014	3.256
2015	4.832
2016	5.122
2017 a 2019	<u>11.232</u>
	<u>35.991</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e contribuição social debitada ou creditada em resultado é demonstrada como segue:

	2009	2008
Lucro (prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	147.915	(598.495)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	50.291	(203.488)
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	3.005	324
Exclusões permanentes:		
Receitas isentas de impostos	(592)	-
Parcela do prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	63.941
Constituição líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	(63.422)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(10.718)	(139.223)
Alíquota efetiva	<u>7,2%</u>	<u>23,3%</u>

**20 - Patrimônio Líquido**

**a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 560.000 (idêntico em 2008), dividido em 14.291 (idêntico em 2008) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

**b. Reservas**

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos e estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

**21 - Financeiras líquidas**

	2009	2008
<b>Despesas financeiras:</b>		
Juros s/ empréstimos, financiamentos e impostos	(114.335)	(88.604)
Instrumentos financeiros derivativos	(217.237)	(414.264)
Variações monetárias e cambiais passivas	(121.234)	(204.604)
Juros Mora Fornecedores	(8.652)	(102)
Outros	( 4.230)	( 3.194)
	<u>(465.688)</u>	<u>(710.768)</u>
<b>Receitas financeiras:</b>		
Juros s/ aplicações	1.254	6.937
Variação cambial ativa	453.869	41.579
Instrumentos financeiros derivativos	8.360	24.062
Outros	2.401	5.317
	<u>465.884</u>	<u>77.895</u>
<b>Financeiras líquidas</b>	<u>196</u>	<u>(632.873)</u>

**22 - Outras receitas (despesas) operacionais líquidas**

	2009	2008
<b>Outras receitas operacionais:</b>		
IPI - Créditos insumos	-	16.926
Crédito de Pis Lei 10.637/02 e de COFINS Lei 10.833/03	14.433	4.694
Lucro na venda de ativo imobilizado	2.001	10.940
Ganho na adesão à MP 470/09 e Lei 11.941/09	31.883	-
Recuperação de despesas diversas	451	5.901
Outras receitas	<u>7.921</u>	<u>6.248</u>
	<u>56.699</u>	<u>44.809</u>
<b>Outras despesas operacionais:</b>		
Contribuição de Associação de classe	1.687	1.962
Multas e taxas	2.754	2.903
CPMF	-	73
ICMS diferença de alíquota	1.458	1.481
Impostos sobre operações financeiras	4.912	2.683
ICMS Consolidação indébito	5.460	-
Indenizações diversas	3.566	546
Outras	<u>4.208</u>	<u>2.375</u>
	<u>24.045</u>	<u>12.023</u>
	<u>32.654</u>	<u>32.786</u>

**23 - Instrumentos Financeiros**

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é aprovado pela Diretoria para a operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A política financeira tem como objetivo determinar parâmetros de utilização de instrumentos financeiros, inclusive derivativos, que visam à proteção de ativos e passivos operacionais e financeiros, expostos à variação de taxa de câmbio, juros e commodities, bem como estabelecer limites de crédito junto às instituições financeiras.

Todas as operações que envolvem instrumentos financeiros, estão integralmente reconhecidas na contabilidade e referem-se aos instrumentos a seguir demonstrados:

Descrição	Empréstimos e Recebíveis	Mensurados ao valor justo	Disponíveis para venda	Saldo contábil/ valor justo
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa			63.751	63.751
Aplicações financeiras			4.914	4.914
Contas a receber de clientes	62.579			62.579
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	133.387			133.387
Partes relacionadas	12.931			12.931
Outras contas a receber	41.675			41.675
Instrumentos financeiros derivativos		809		809
<b>Passivos</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar	(164.430)			(164.430)
Instrumentos financeiros derivativos		(253)		(253)
Empréstimos e financiamentos	(1.142.557)			(1.142.557)
Partes relacionadas	(4.435)			(4.435)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

• Aplicações financeiras - Os valores contábeis destes instrumentos são próximos ao valor justo, por conta dos seus índices de remuneração (CDBs são todos indexados à variação do CDI) ou pelo curto prazo de vencimento.

• Contas a receber, Adiantamentos a Fornecedores, Outras contas a receber, Fornecedores e Outras contas a pagar - Saldos decorrentes diretamente das operações da Empresa, sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

• Financiamentos e Empréstimos - Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas, TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo e CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

• Instrumentos Financeiros Derivativos - O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado primariamente nas cotações dos instrumentos em mercados ativos, ou na sua ausência, em modelos de precificação consagrados e amplamente utilizados pelo Mercado e que consideram dados de mercado externos à Empresa, na data da apuração.

As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

**Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Empresa. Para mitigar esses riscos, a Empresa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

**Risco de taxas de juros e câmbio**

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio em dólares utilizadas pela Empresa para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros.

**Instrumentos financeiros derivativos**

Conforme definido nas políticas internas, o resultado da Empresa deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de transações no mercado financeiro. Desta forma, a utilização de derivativos deve ter como finalidade exclusiva a proteção das eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta. O critério adotado para definição de valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo.

A Administração da Empresa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Os seguintes instrumentos derivativos são utilizados pela Empresa:

• Non-Deliverable Forwards: Operações de balcão de venda (ou compra de dólar com vencimento futuro, sem desembolso de caixa inicial, tendo como base um valor em dólar (notional) e uma taxa futura comprada ou vendida (strike). No vencimento da operação o resultado será a diferença entre a taxa contratada e a Ptax no vencimento, multiplicada pelo valor base (notional). Em 31 de dezembro de 2009 a Empresa não possuía operação em aberto dessa modalidade.

• Contratos de swaps de taxa CDI x Dólar: Operação de balcão estruturada com Instituições financeiras de primeira linha para troca de indexadores, sobre um valor base (notional), onde a Empresa na ponta ativa recebe CDI, pagando na ponta passiva variação do dólar.

• Opções de commodities: São operações de balcão, nas quais o vendedor (Usina Caeté) vende um determinado ativo (açúcar e álcool) por um preço pré-fixado. A opção de venda (put) dá o direito de vender o ativo na data do vencimento, ou antes desta, por um preço predeterminado (preço de exercício), sendo a opção exercida, se o preço de exercício for superior ao preço do ativo-objeto.

**24 - Compromissos de compra**

A Empresa possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Empresa será determinada para cada período de colheita no término de tal período de colheita.

**25 - Cobertura de seguros**

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**26 - Eventos subsequentes**

Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos e não adotados

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A Empresa está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos  
Acionistas da  
Usina Caeté S/A  
Maceió - AL

1. Examinamos o balanço patrimonial da Usina Caeté S/A, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Conforme mencionado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras, a Empresa possui obrigações contratuais decorrentes de financiamentos e não cumpriu determinadas obrigações relacionadas à indicadores financeiros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Está em fase de conclusão e formalização de acordo denominado "term sheet" com as principais instituições financeiras credoras e a Administração entende que obterá êxito na renegociação das condições determinadas, motivo pelo qual decidiu manter os financiamentos e empréstimos, classificados no passivo não circulante, o montante de R\$ 123.044 mil ao invés de reclassificá-los para o passivo circulante. Conseqüentemente, o passivo circulante está diminuído e o passivo não circulante aumentado naquele montante.

4. Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto mencionado no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Caeté S/A em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. A Empresa ainda não realizou a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com a finalidade de, entre outros assuntos, deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, sobre o resultado do exercício social de 2008 e 2007 e a proposta de aumento do capital social com reservas, ocorrida durante o exercício de 2008, contrariando os artigos 132 e 134 da Lei das Sociedades Anônimas.

6. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e, sobre elas, emitimos um parecer sem ressalvas, datado de 18 de junho de 2009, contendo parágrafo de ênfase relativo ao assunto mencionado no parágrafo 5, aplicável às demonstrações financeiras relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007 e a proposta de aumento de capital social ocorrida durante o exercício de 2008.

São Carlos, 10 de maio de 2010



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 S-AL

Cláudio José Biason  
Contador CRC SP-144806/O-7 S-AL

**ADMINISTRAÇÃO**

**Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto**  
Diretor Presidente  
CPF 003.328.604-34

**Nancy Virginia Karns Lyra**  
Diretora Vice-Presidente  
CPF 002.651.014-68

**Robert Carlos Lyra**  
Diretor Vice-Presidente Executivo  
CPF 133.813.344-68

**Fernando Lopes de Farias**  
Diretor Superintendente  
CPF 068.244.044-20

**Alberto Carlos Mendes Klumb**  
Diretor  
CPF 628.798.557-72

**Aryl Pontes Lyra Filho**  
Diretor  
CPF 098.795.284-68

**Maria Irene Sibaldo Leite**  
Diretora  
CPF 453.995.224-20

**MOACIR DA ROCHA BASTOS**  
Sup. Controladoria  
CPF 027.750.934-34 - CRC. 1997 - AL

**DURVAL VIEIRA ALVES**  
Gerente Contábil  
CPF 241.158.864-04 - CRC. 3947 - AL